

Turbulência econômica ocasionada pela inércia dos administradores

* **Paulo Afonso Rodrigues**

Quando em 1929 ocorreu a queda da bolsa tão propalada os mercados foram sendo afetados de forma abrangente, porém com contaminação financeira a conta gotas.

No caso historicamente temos a morte de Abraão Lincoln, onde este pós-evento demorou no mínimo 15 dias para chegar ao conhecimento de todo o continente europeu e meses para o restante do mundo.

Se de um lado a desinformação procrastinava sentimentos, da mesma forma, era o efeito econômico nas economias até então não globalizadas.

As medidas tomadas pós-quebra da bolsa de 1929, onde esta vivia de expectativa de mercado, sem a materialidade dos fatos.

A partir desta data passou-se a exigir análises financeiras das empresas, para apreciação de todo o realizado, inclusive perspectivas de mercado para cada atividade.

Para que tenhamos uma noção, o primeiro curso de ciências contábeis que legitimou os primeiros auditores no mercado brasileiro foi o da USP – Universidade de São Paulo em 1973.

Os cursos obrigatórios à legitimação dos auditores para confrontar as informações contábeis constantes nos balanços publicados para atribuir garantias ao investidor.

O por quê do título deste artigo:

Os administradores das maiores potências sabedores das condições econômicas e financeiras dos bancos integrantes do sistema, passaram a manipular custos de juros reais com cunhos eleitoreiros sem se preocupar com valorização ou depreciação de operações e bens.

Tivemos uma crise imobiliária inicial, onde taxas de juros de 4% ao ano, sendo integradas ao saldo devedor em dólares e o mutuário sem uma adequação salarial para suportar os 4% de juros reais.

Imaginemos uma situação de um imóvel considerado como “velho ou ultrapassado” com depreciação natural das novas construções e dos materiais utilizados, e de outro lado os custos menores das construções modernas, batendo na porta para concorrer com um imóvel altamente valorizado com os juros reais e depreciado.

Um imóvel de \$200.000,00 com 4% ao ano teríamos \$8.000,00 e a massa salarial pagadora no empreendimento sem reajuste de salário, e o imóvel virando valor inferior ao seu custo de face e a amortização do financiamento não superando os juros e tal depreciação.

Uma operação de \$1.000,00 de custo hipotecário, teríamos ao final do ano um saldo de face de \$196.000,00, com o passar dos anos, a “gangorra” da depreciação, atrelada ao custo real, a amortização realizada não manteve o equilíbrio.

Os bancos passaram a executar as hipotecas e contabilizar os prejuízos, pois os novos compradores passaram a adquirir o imóvel com uma deflação no custo de face de 40% a 50%.

Com quem ficou o prejuízo?

Com os bancos, com os acionistas, e as empresas do sistema passaram a ter suas ações desvalorizadas com a inércia do setor produtivo, gerando desemprego, reduzindo o PIB e conseqüente a riqueza.

Como chegar num investidor e dizer que sua carteira até então sólida com \$100.000.000,00 [cem bilhões de dólares], com custo real de juros de 4% ao ano, com recebimentos de \$12.000.000,00 [doze bilhões de dólares], hoje não valeria 50% do seu custo contabilizado.

Esta foi a gota d’água para o mercado ver a situação real dos bancos

O efeito colateral é que as captações realizadas pelo agente financeiro foi para cobrir “furos” da inadimplência, não voltando recurso para o setor produtivo, e conseqüentemente inibindo os meios de promoção de riqueza.

Hoje temos a economia da França, Inglaterra, Alemanha, EUA, injetando valores acima de 3 trilhões de dólares, valor este superior ao PIB Francês.

Para que tenhamos uma noção 7 bilhões de reais suplantam em mais de 2 PIB’s do Brasil.

O nome do artigo demonstra o ingerenciamento contábil e a falta de administração política e econômica e de vigilância dos administradores.

A situação dos bancos brasileiros diverge dos bancos internacionais, quer pela central de risco, onde todos sabem as operações de todos ou até pelo compulsório retido pelo BACEN nos depósitos bancários, a vista ou a prazo, limitando a volúpia do empréstimo e até sujeitando as instituições a limites operacionais dentro do tecnicamente viável.

Hoje o mercado internacional de banco é atuante no Brasil e até que provem o contrário, a solidez de nossas instituições financeiras, causa inveja nos mecanismos de controles externo.

Estaria a solidez atrelada a rentabilidade, a fiscalização, ao bom gerenciamento?

***Paulo Afonso Rodrigues**, contador, advogado, perito judicial, especialista em auditoria/controladoria, perícia e tributária, com mais de 500 artigos publicados em imprensa.